

## **O modelo económico português, mais uma vez**

Em artigos, debates e comunicações, muito se tem criticado o Modelo de Desenvolvimento Económico Português. Na maior parte dos casos, no entanto, não é o "modelo" que se critica, mas sim o desempenho da Economia Portuguesa nesse modelo. O modelo, esse é por ventura o melhor que algum dia tivemos. Precisa é de ser afinado.

Sem pretender reduzir a questão a um problema de semântica, convém antes de mais precisar o conceito de "Modelo de Desenvolvimento". Embora não exista uma definição universal, a ideia de que o "modelo" pode ser objecto de escolha política define, de certa forma, um âmbito. O "modelo" será assim o resultado de uma atitude do Estado perante a Economia. Aquilo que define o modelo económico são as regras, as leis e as instituições que enquadram as decisões dos agentes económicos. O modelo económico pode ser mais ou menos restritivo quanto à iniciativa privada e mais ou menos intervencionista quanto ao papel do Estado.

Por exemplo, o modelo de desenvolvimento que vigorou em Portugal durante a primeira fase do Estado Novo contemplava a substituição de importações, a limitação do investimento estrangeiro e o Condicionamento Industrial. Esse enquadramento proporcionava uma protecção artificial às empresas estabelecidas, quer relativamente à concorrência interna, quer relativamente à concorrência externa. Sem surpresas, o modelo económico do Estado Novo premiou a incompetência, em detrimento da inovação.

No "modelo" que vigorou em Portugal após a Revolução de 1974, a concorrência era, em geral, mais aberta, mas determinados sectores - ditos estratégicos - estavam vedados à iniciativa privada (banca, seguros). O Estado tinha um papel muito activo na economia, não só porque detinha importantes meios de produção, mas também porque intervinha administrativamente na formação de preços essenciais. O grau de abertura da economia era grande na esfera real, mas havia restrições à mobilidade do capital. Sem surpresas, durante os anos que se seguiram à revolução, criaram-se muitas distorções na afectação dos recursos.

O "modelo" económico que vigora hoje em dia é, de longe, mais eficiente. Assenta num conjunto de pilares fundamentais, que decorrem da participação na União Europeia. No âmbito do Mercado Único, existe hoje liberdade de circulação de pessoas, bens e capitais entre vários países da Europa. No âmbito da Organização Mundial de Comércio, existe uma abertura relativa ao comércio mundial. No âmbito da UEM, os portugueses podem efectuar transacções com qualquer parceiro da Zona do Euro, sem enfrentar risco cambial. Além disso, os estatutos do BCE proporcionam um nível de protecção razoável contra a subida de preços. O Sector Público Empresarial está circunscrito a meia dúzia de empresas. O Estado, em lugar de se embrenhar na provisão de bens privados, especializa-se no fornecimento de bens essenciais, como a Segurança, o Estado de Direito, infra-estruturas físicas, Saúde, Educação. As leis portuguesas estão adaptadas à participação no Mercado Único e beneficiam do enquadramento comunitário em áreas importantes, como a protecção da concorrência, a defesa do meio ambiente e a defesa do consumidor. No Novo Modelo Económico, o Estado Português tem margem de manobra para definir uma política orçamental própria mas, felizmente, a sua autonomia é limitada. Não só devido ao Pacto de Estabilidade, mas também porque existem regras que limitam a capacidade do Estado em favorecer determinadas empresas em detrimento de outras.

Como é evidente, o modelo não é estático. Evolui com a experiência, adapta-se às novas circunstâncias. Mas não está na ordem do dia a sua substituição. Não se equaciona o regresso ao proteccionismo, a imposição de restrições à mobilidade dos factores, o abandono da moeda única ou a intervenção do Estado na gestão de empresas privadas.

No entanto, critica-se muito o padrão de especialização da Economia Portuguesa. Nomeadamente, o facto de muitas empresas se dedicarem a fabricação de produtos com baixo valor acrescentado. Advoga-se que, em alternativa, as empresas portuguesas deveriam passar a produzir bens de alto valor acrescentado e apostar na mão-de-obra especializada. Questionar o padrão de especialização da Economia Portuguesa constitui, no entanto, uma crítica implícita ao modelo de desenvolvimento económico. Porque, precisamente, à luz do actual modelo, o padrão de especialização não se determina por decreto. As decisões de produção são, essencialmente, privadas e resultam de uma avaliação, onde se ponderam, nomeadamente, as valências existentes, a abundância relativa de factores, a qualidade da envolvente institucional, os níveis de tributação e as oportunidades de mercado. Sabendo que os portugueses têm, em média, os níveis de qualificação mais baixos da Europa, não seria de esperar que uma grande parte dos investimentos realizados no nosso país resultassem em baixo valor acrescentado? Será legítimo pretender

que, de um momento para o outro, Portugal se tornasse numa "economia de conhecimento"? Pretender com a política, levar as empresas a produzir aquilo que não sabem seria, obviamente, um erro colossal.

Significa isto o padrão de especialização é imutável? Como é evidente, não. A concorrência crescente por parte de países com mão-de-obra mais barata do que a nossa tem induzido alterações no padrão de especialização. Num contexto globalmente menos favorável aos sectores tradicionais, muitas empresas têm apostado na diferenciação e na formação profissional. Além disso, há um efeito demográfico que, inevitavelmente, se reflecte no aumento da escolaridade média dos trabalhadores e dos empresários portugueses. E a verdade é que, ao longo das últimas décadas, o peso dos sectores tradicionais na estrutura de exportações se tem vindo a reduzir. Mas, sendo Portugal tão abundante em mão-de-obra pouco qualificada, não é de crer que a via tradicional possa ser abandonada de um momento para o outro.

Na determinação do padrão de especialização, o Estado tem, naturalmente, um importante papel a desempenhar. Por um lado, deve procurar facilitar o ajustamento, em vez de o contrariar. Por outro lado, tem um longo caminho a percorrer no que toca a aumentar a eficácia da sua intervenção. Entre outras coisas, é urgente rever o sistema de incentivos que vigora na Função Pública, por forma a tornar a máquina do Estado mais eficiente. Se o Estado proporcionar um enquadramento mais favorável, os agentes económicos responderão com mais investimento e inovação. E o valor acrescentado, possivelmente, aumentará.

O modelo não está errado. Precisa é de ser afinado.

Miguel Lebre de Freitas, Semanário Económico, 27/2/2k4